

A CRÍTICA DA CONJUNTURA HISTÓRICA EM *AGOSTO*, DE RUBEM FONSECA

PETAR PETROV*

RESUMO: No conjunto da ficção de Rubem Fonseca, *Agosto* é a única narrativa possível de ser catalogada como romance de temática histórica, filiado num realismo crítico de feição pós-modernista, uma vez que problematiza aspectos da História brasileira mais recente. Do ponto de vista semântico, por exemplo, o que se verifica é a desmistificação de acontecimentos realmente ocorridos, durante um período político importante, atravessado por uma profunda crise económica, social e institucional que culminou, em Agosto de 1954, com o suicídio do Presidente do país, Getúlio Vargas. Por seu lado, a componente sintáctica do relato evidencia uma postura autoral marcadamente inquiridora, consubstanciada pela activação de determinadas estratégias denunciadoras da posição crítica assumida pelo narrador. Do mesmo modo, as diferentes manifestações do sujeito de enunciação no texto comportam inevitáveis implicações pragmáticas, provenientes do modo de representação da realidade, com destaque para as relações que estabelece com certas personagens do romance e com o contexto que envolve os acontecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Rubem Fonseca, narrativa romanceada, conjuntura histórica, crítica temática, pragmática comunicativa.

ABSTRACT: Among Rubem Fonseca's works of fiction, *Agosto* is the only narrative that can be catalogued as a novel with a historical subject matter, inscribing itself in a critical realism that is postmodern in character as it problematizes aspects of recent Brazilian history. From a semantic point of view, for example, the work demystifies true events that happened during an important political period characterized by a profound economic, social and institutional crisis that culminated in

* Doutor em Literatura Comparada (Portuguesa e Brasileira) pela Universidade de Lisboa. Professor da Universidade do Algarve. Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – CLEPUL FLUL

the suicide of President Getúlio Vargas in August 1954. The syntactic component, for its part, evinces a markedly inquisitive authorial stance, consubstantiated by the activation of strategies that reveal the critical position assumed by the narrator. Also, the different manifestations of the subject of enunciation in the text have inevitable pragmatic implications deriving from the way reality is represented. Special among these are the relations it establishes with certain characters in the novel and with the context surrounding the events portrayed.

KEYWORDS: Rubem Fonseca, novelized narrative, historical conjuncture, thematic critique, pragmatics of communication

1. De um modo geral, a obra ficcional do escritor brasileiro Rubem Fonseca revela duas características da sua atitude artística: por um lado, uma expressa insatisfação, levando à permanente renovação, assente no experimentalismo formal e temático e, por outro, um compromisso literário corroborado pela escolha de uma representação de feição realista. Assim, em consequência de um manifesto inconformismo estético, o realismo fonssequiano apresenta, desde a estreia literária do autor, em 1963, e até a publicação do romance *Agosto*, em 1990, três tendências estéticas, que podem ser sintetizadas do seguinte modo:

- Primeira: de feição neo-naturalista, subjacente à sua prosa produzida na década de 60, de pendor experimentalista, assimilando algumas conquistas formais do âmbito da representação *behaviourista*, com abdicação quase completa da intervenção do narrador. A temática versa o desvendamento de dramas humanos ligados a frustrações existenciais por ausência de afecto ou por carências económicas, sempre a sublinhar a solidão como resultado da vida estéril do quotidiano.

- Segunda: de orientação hiper-realista, presente nas suas narrativas dos anos 70, com a radiografia dos chamados aspectos sujos ou baixos dos comportamentos humanos ou da engrenagem social, mediatizada por uma retórica do excesso. A objectividade, levada às suas últimas consequências, é conseguida pelo registo quase fotográfico da realidade, visando por vezes causar o impacto e o choque, numa aparente tentativa de documentar diferentes problemas da sociedade brasileira.

- Terceira: realismo subjectivo, que se afirma na década de 80, desta vez em textos voltados para si mesmos onde, a par da contestação de certos valores sociais, encontra lugar de destaque a problematização do fazer literário. Do ponto de vista técnico-compositivo, a retórica do excesso será substituída por uma linguagem mais requintada, com a presença acentuada da intertextualidade endo e exo-literária (cf. Petrov, 2000).

No conjunto da ficção de Rubem Fonseca, *Agosto* (A, 1990) é a única narrativa possível de ser catalogada como romance de temática histórica, filiado num realismo crítico de feição pós-modernista, uma vez que problematiza aspectos da história brasileira mais recente. Este facto merece especial atenção, porque o texto é ilustrativo de uma postura autoral marcadamente inquiridora, orientada no sentido de desmistificar acontecimentos realmente ocorridos, durante um período político importante, atravessado por uma profunda crise económica, social e institucional que culminou, em Agosto de 1954, com o suicídio do Presidente do país, Getúlio Vargas.

Para se retratar a situação conturbada durante este mês fatídico, o romance é concebido em forma de intriga policial que inicia com o brutal e misterioso assassinato de um rico industrial no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, é conjecturado um outro crime, o “atentado da Rua Tonelero”, contra o jornalista Carlos Lacerda, porta-voz da oposição ao governo na altura. A personagem principal é Alberto Mattos, comissário da polícia que, ao longo do romance, tentará obsessivamente provar que os dois crimes são da responsabilidade de uma mesma pessoa.

Globalmente, estabelecem-se no romance duas grandes orientações temáticas: a primeira, explorando a centralidade de Mattos, tem por suporte a investigação dos crimes e as relações profissionais e afectivas mantidas pelo comissário com os seus colegas e duas amantes; a segunda assenta no contexto político, económico e social, e envolve uma vasta galeria de personagens fictícias e reais. Assim, os dois planos representam duas narrativas, ambas focalizadas na terceira pessoa, que se desenvolvem em paralelo, entrecruzando-se sistematicamente e vindo a coincidir no fim do romance.

No primeiro plano narrativo, a construção do campo semântico de Mattos processa-se directamente, por considerações de certas personagens, e de modo indirecto a partir dos seus comportamentos e da sua visão particular sobre a conjuntura brasileira na época. De assinalar, neste caso, a aposta na técnica de narração e no intencional apagamento do enunciador que, optando pelo refúgio numa focalização externa, raramente intervém para caracterizar explicitamente o seu protagonista. No entanto, e apesar da estratégia adoptada, a posição crítica do sujeito de enunciação não fica comprometida porque o comissário é apresentado como portador de determinados valores que modelam um carácter marcadamente positivo em contraste com as atitudes assumidas pela maioria dos participantes nas histórias.

O perfil de Mattos remete para um homem simples e humilde: na faixa dos trinta, atormentado constantemente por uma úlcera do duodeno, só tem um gosto particular: nas horas de lazer prefere ouvir música clássica. Habitando um pequeno apartamento no bairro do Flamengo, recebe apenas a visita de duas mulheres, acontecimentos que contribuem para a definição do seu estado psicológico no domínio afectivo. Uma chama-se Salete, ex-prostituta, jovem limitada, supersticiosa e em permanente espera de que Mattos a peça em casamento. A outra é Alice, sua ex-namorada, casada com um rico industrial, que tenta, a todo o custo, restabelecer as relações interrompidas três anos antes.

Apesar da componente afectiva do carácter de Mattos surgir explorada em vários momentos do romance, o narrador não atribui um valor especial aos seus gostos particulares e subjectivos mas à sua moral e ética profissional. Inserido no universo fechado de uma delegacia, o protagonista assume o papel de um comissário exemplar, o que se confirma pelos métodos utilizados na sua investigação. Formado pela Academia de Polícia, demonstra possuir uma bagagem cultural fora do comum para o seu meio e a sua inteligência transparece das atitudes tomadas no exercício do seu ofício. Culto e informado, amante de óperas e interessado por literatura, Mattos surpreende com certas reflexões que denunciam

uma sólida formação filosófica-humanística. Vejam-se, a este propósito, as suas considerações sobre a questão da lógica, vista como “uma aliada do policial, um instrumento crítico”, mas incompatível “com premissas e deduções silogísticas à la Conan Doyle” (A, p. 109). E isto porque, na perspectiva do comissário, “o conhecimento da verdade e a apreensão da realidade só podiam ser alcançadas duvidando-se da própria lógica e até mesmo da realidade” (p. 109). Em consequência, o protagonista admira a filosofia de Hume e a máxima de Diderot de que o cepticismo é o “primeiro passo em direcção à verdade” (p. 189). Daí adoptar, no seu trabalho, uma postura de permanente desconfiança, seguindo o lema: “Duvidar é um sinal de inteligência. Não encontrar respostas é um sinal de burrice” (p. 27).

Mas apesar do profissionalismo manifestado, Mattos é constantemente marginalizado pelos seus colegas de delegacia. E isto pelo facto de se apresentar como um indivíduo incorruptível e defensor de posições contrárias às assumidas na generalidade pelos que o cercam. É o que acontece, por exemplo, com o seu chefe, o Delegado Ramos, que considera Mattos um perigo para o esquema de suborno ao qual se sujeitam todos os membros da hierarquia policial. Semelhante é a atitude do investigador Rosalvo, um autêntico assimilado pela engrenagem da corrupção, que demonstra medo do protagonista por ver nele uma pessoa estranha e desfasada no contexto da delegacia:

“Estava certo de que Mattos não regulava bem, as caretas que fazia, (...) aquela coisa de sair desarmado nas diligências, e principalmente a mania de não levar grana do bicho - porra, o cara andava de lotação, nem automóvel tinha e desprezava o levado dos banqueiros! Era preciso tomar cuidado com o homem.” (p. 45)

Assim, em resultado da rejeição de qualquer suborno, Mattos surge aos olhos de superiores, guardas e inspectores como “uma alma penada” (p. 203), “uma coisa rara no Departamento, um perfeito asa branca” (p. 57), facto sintetizado pelo narrador nos seguintes termos: “a honestidade do comissário era considerada (...) como uma ameaçadora manifestação de orgulho e demência.” (p. 12)

A par da honestidade do comissário, a insistência deste em pautar a sua conduta por valores éticos e morais será mais um motivo de incómodo para os seus colegas. As atitudes que assume perante problemáticas complexas, como as do crime, dos criminosos e do poder, reforçam a imagem da sua perdição na sordidez do seu ambiente de trabalho. Em diversos momentos, por exemplo, estará ao lado dos presos e quando lhe perguntam se ladrões e estelionatários deveriam ser encarcerados, a sua resposta é mais de um sociólogo do que de um polícia: “Se o sujeito for um risco grande para a sociedade, um criminoso psicopata, coisa assim, aí o cara tem que ser tratado apenas.” (p. 203)

No contexto obsoleto da delegacia, a integridade de Mattos sobressai também da frontalidade com que encara o papel que ele próprio desempenha na defesa do *status quo* instituído. A lucidez e a consciência da função da polícia na manutenção dos privilégios de uma minoria transparecem na sua reflexão sobre a marginalidade:

“O mundo não queria saber daqueles bandidos, eles que se fodessem uns em cima dos outros como vermes imundos. A polícia existia para esconder aquela podridão dos olhares e narizes delicados das pessoas de bem.” (p. 31)

Deste modo, o olhar do comissário é aproveitado pelo narrador como um instrumento crítico, eficaz pelo facto daquele pertencer à instituição policial, cuja acção repressiva é filosoficamente aludida na expressão abstracta “Toda a autoridade contém, de certa forma, algo de corrupto e imoral.” (p. 250)

No entanto, a corrupção e a imoralidade não são exclusivas do ambiente asfíxiante do local de trabalho de Mattos e isto porque a delegacia funciona como metonímia de um contexto mais vasto que condiciona todo o seu comportamento. Deste modo, a incompreensão e a marginalização às quais é sujeito o protagonista definem-se também em função da conjuntura política e social, pano de fundo da intriga e matéria explorada no segundo plano narrativo. Trata-se de um complexo universo de acérrimas lutas partidárias, manipulações económicas e obscuros jogos de

poder, que envolve ministros, senadores, deputados, industriais, altas patentes militares, golpistas, pistoleiros e banqueiros do jogo do bicho. O papel assumido pelo narrador imparcial e objectivo é de mostrar o rico painel de acontecimentos, desenhando uma ambiência marcada por uma profunda crise de valores à qual não consegue escapar nenhuma personagem.

Deste modo, para além do protagonista, dos seus colegas e amantes, o perfil dos representantes dos diferentes escalões da hierarquia social contribui para dar a imagem de um mundo de violência, opressão e corrupção generalizadas. A este propósito, recorro tão só os principais participantes do enredo policial, cujas acções têm directamente a ver com atentados, subornos, chantagens e assassinatos. É o caso, por exemplo, da classe dos privilegiados, representada no romance por Pedro Lomagno, marido de Alice, industrial corrupto, frio e egoísta, a manter várias relações extra-conjugais, inclusive com um assassino de aluguer que põe em prática os crimes que planeia. Caso idêntico é o de Luciana Aguiar, uma das amantes de Lomagno, mulher requintada e calculista que arquitecta o assassinato do seu marido para assumir a presidência de um grande grupo económico de exportação. Os políticos também aparecem, como é o caso de Luiz Magalhães, amante de Salete, funcionário público cínico e corrupto que beneficia das informações obtidas dentro do governo. Outro é o Senador Vitor Freitas, pertencente ao Partido Social Democrata, que actua em favor das empresas de Luciana Aguiar, conseguindo licenças para exportação e importação a troco de dinheiro. Não faltam as acções criminosas do pessoal da Guarda Pessoal de Getúlio Vargas, como as de Gregório Fortunato, mandante da intentona contra o jornalista Carlos Lacerda, e do seu subalterno Climério que, cumprindo as ordens do chefe, planeia o atentado da Rua Tonelero. A camada dos marginais é igualmente bem representada, em primeiro lugar, por Chicão, *boxeur* que mata por dinheiro e por amor a Lomagno, cometendo vários assassinatos brutais no decorrer da história. Contratados para liquidar Mattos temos, além de Chicão, Genésio, a mando do Senador Freitas, e Turco Velho, pago por um bicheiro, que acaba preso e assassinado pela polícia. Por sua vez, surgem em cena

vários banqueiros do jogo do bicho, nomeadamente Moscoso, Arlindo Pimenta, Eusébio de Andrade e Ilídio, este a servir de ponte entre o grupo que comanda a contravenção no Rio e as delegacias da polícia.

Perante este leque de personagens que esboçam um quadro desolador de corrupção, miséria e podridão, o comissário insiste em agir sem veleidade de dar exemplos, sem ilusões heróicas, apenas por uma opção puramente ética de idealista desencantado. No seu trabalho diário, apesar de rejeitado e perseguido por assassinos a soldo de interesses económicos e políticos, continua a investigar com invulgar tenacidade e a enfrentar sem receio os poderosos. Relativamente à conjuntura, contrária aos valores que incorpora e defende, Mattos assume uma posição de *pessimismo*, por vezes cruel, que traduz um sentimento de angústia existencial e indignação próprias de um indivíduo independente. A descrença que demonstra relativamente a tudo o que o cerca, comprova que é um homem absolutamente inadequado para o seu tempo. Dividido e muitas vezes confuso diante da pressão de uma realidade histórica inaceitável mas ao mesmo tempo irrecusável, Mattos retrai-se em atitudes de defesa que oscilam entre a rudeza e o sentimentalismo. Sentindo-se “um estranho no mundo dele e no mundo dos outros” (p. 313), recusa tomar posições ou fazer escolhas precipitadas. Quando lhe perguntam “afinal, o senhor é lacerdista ou getulista?”, responde com outra indagação: “Tenho que ser uma dessas duas merdas?” (pp. 31-32).

Seja como for, apesar de indefinido relativamente a opções ideológicas partidárias, Mattos deixa transparecer a sua simpatia pela figura do Presidente Getúlio Vargas. Em diferentes momentos no romance, mostra sérias reservas quanto às campanhas difamatórias montadas contra o dirigente do Brasil na altura. A sua visão negativa incide, por exemplo, sobre as declarações manipuladoras e caluniosas da responsabilidade de membros do partido de direita de Carlos Lacerda, como acontece com as do deputado Otávio Mangabeira, cuja posição é comentada do seguinte modo:

“O que se podia esperar de um sujeito que na condição de deputado federal havia beijado a mão de Eisenhower, de maneira subserviente, em pleno Congresso Nacional, quando o general americano visitara o Brasil depois da guerra? (...) O que se podia esperar de um velho inimigo de Vargas? De um fundador da UDN?” (p. 200)

Participante na campanha do “queremismo” a favor de Vargas em 1945, e por isto considerado, por alguns, seguidor das “palavras de ordem do Partido Comunista” (p. 251), Mattos sintetiza o seu percurso pessoal na expressão: “Getúlio Vargas faz parte da minha vida” (p. 312). Por este facto, e a propósito do abandono do Presidente por políticos e militares durante a crise institucional, revelará o seu desgosto: “Estou sentindo pena de Getúlio. Sei que isto parece absurdo; eu mesmo estou surpreso” (p. 312). E com o suicídio de Vargas, as suas atitudes comprovam a impossibilidade de fugir ou alhear-se de um tempo histórico que o marca fatalmente: após prestar uma última homenagem ao Presidente, acompanhando o caixão com o seu corpo, Mattos abandona a polícia num acto de suicídio simbólico e vingança contra um mundo adverso no qual, no dizer de um senador e de um deputado, “Somos todos filhos da puta corruptos (...) Aqui neste país” (p. 98) e “Não podemos tapar o sol com uma peneira. O mar de lama existe” (p. 213).

2. No romance *Agosto*, a centralidade do comissário Alberto Mattos, explorada semanticamente no confronto da sua cosmovisão com uma realidade hostil que condiciona o seu percurso, é conseguida mediante a activação de determinadas estratégias comunicativas denunciadoras da posição crítica assumida pelo narrador. Trata-se das suas diferentes manifestações no texto que comportam inevitáveis implicações pragmáticas provenientes do modo de representação da realidade.

O exame da estrutura das histórias nos dois planos narrativos permite constatar que a organização dos seus enunciados nucleares obedece a um princípio de linearidade que se concretiza no agrupamento de situações por capítulos, cuja numeração corresponde aos dias do mês durante o qual têm lugar

os acontecimentos. Todavia, a aparente ordem na disposição dos eventos surge violada, principalmente por dois processos: pela justaposição de acções de diferentes personagens em cenas que ocorrem à mesma hora mas em locais distintos e pela confrontação de diversas atitudes e reacções perante uma mesma situação.

Assim, cada um dos vinte e seis capítulos do romance se apresenta dividido em mini-episódios que configuram vários sub-planos nos dois planos narrativos. No primeiro, por exemplo, temos o entrecruzamento de instantâneos de Mattos na pista do assassino do industrial e do responsável pelo atentado, de desavenças suas com os colegas de delegacia e da sua incapacidade de se relacionar afectivamente. Por sua vez, estas situações alternam constantemente com as dos sub-planos da segunda história que se repartem por acontecimentos directamente ligados à problemática do atentado, por jogos económicos ilícitos e por campanhas partidárias a favor ou contra Getúlio Vargas. Deste modo, o constante vaivém entre os mini-episódios dos diversos sub-planos assenta numa técnica de pormenor e transporta o leitor ora de uma delegacia de polícia, com a visão tenebrosa dos presos, ao apartamento de Mattos onde se ouve música de ópera; ora de uma reunião de políticos, a discutir a situação no Brasil, ao bordel clandestino frequentado por senadores e deputados; ora do palácio presidencial, com Vargas desapontado e abatido, a uma academia de boxe, reduto de criminosos.

O estatuto crítico do sujeito de enunciação no plano macroestrutural evidencia-se mediante a intensificação da historicidade do relato e representa o seu conhecimento das situações ligadas à crise despoletada com a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda. Mostrando-se fiel aos factos históricos, o narrador apresenta os acontecimentos do dia-a-dia tal como ocorreram na altura, mencionando-os directamente ou de modo indirecto por intermédio do discurso de diferentes personagens. Assim, os eventos importantes da segunda narrativa, que tiveram lugar no mês de Agosto de 1954, surgem na sua sequência cronológica e têm início com a morte do major da Aeronáutica, Rubem Vaz, no atentado da Rua Tonelero, descrito no quinto capítulo do romance. Em consequência seguem-se-lhe: a prisão

do motorista de táxi, Nelson Raimundo de Sousa, que levou o assassino, e do mendigo Russo, que encontrara a arma do crime, em 10/VIII; a instalação, no dia seguinte, da chamada República do Galeão na base aérea da Ilha do Governador, onde a Aeronáutica desenvolve acções paralelas às da polícia para apurar as responsabilidades; a prisão do pistoleiro Alcino João do Nascimento, confesso assassino do major, em 12/VIII; os depoimentos de Lutero Vargas, filho do Presidente e suspeito de ser o mandante do crime, a 13/VIII; a detenção de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, implicado no atentado, a 15/VIII; as petições do Instituto dos Advogados e de Assembleias Legislativas de vários estados, pretendendo que Vargas renuncie ao cargo, em 19/VIII; a última reunião ministerial no Palácio do Catete e o suicídio do Presidente a 24 de Agosto de 1954 (cf. Linhares (org.), 1990; *Jornal do Brasil*, 21/VIII/1993; jornal *O Globo*, 25/VIII/1993).

De reparar que a configuração do ambiente global, no qual actua o comissário Mattos, fornece a ideia de que a conjuntura brasileira sucumbia sob a pressão de uma profunda crise de representatividade política. Do ponto de vista estritamente histórico, as transformações sociais e económicas, provenientes da industrialização e da urbanização do Brasil depois da Segunda Grande Guerra, alteraram profundamente o peso dos partidos políticos tradicionais e conservadores, como foi o caso do Partido Social Democrata e da União Democrática Nacional. O primeiro, por exemplo, com forte implantação no interior do país e sustentado pelo coronelismo e pelo sistema de controle de voto, debate-se, nos anos 50, com problemas internos devido ao declínio da população rural e à gradual perda da importância económica do campo. Por seu lado, a UDN atravessa uma crise semelhante: tendo sofrido sucessivas derrotas em eleições maioritárias por parte da coligação PSD/PTB, em 1945 e 1950, não hesitaria em defender um golpe militar para ascender ao poder. Em contrapartida, e em consequência da inversão da relação campo/cidade, o Partido Trabalhista Brasileiro alarga gradualmente o seu eleitorado, tendência caracterizada como esquerdista-trabalhista, tornando-se o principal inimigo para os partidos do centro e da

direita. Quanto às forças armadas, a crise também penetra nas suas fileiras e isto porque, apesar de a maioria dos militares manter uma política de legalidade, movimentos no seio da Aeronáutica e um importante grupo de coronéis e tenente-coronéis conspiram abertamente contra Vargas e o trabalhismo desde Janeiro de 1954 (cf. Boito Jr., 1982; D'Araújo, 1982; Linhares (org.), id.).

Algumas das tensões resultantes deste contexto histórico tumultuoso aparecem no romance, com destaque para as campanhas difamatórias, de Carlos Lacerda e de udenistas como Wilson Pinto Leite, visando o Presidente (p. 109, p. 180); as acusações dirigidas ao governo por deputados da UDN, nomeadamente Maurício Joppert, Herbert Levy, Bilac Pinto, Tristão da Cunha e Afonso Arinos (p. 183). Como resposta, nas discussões na Câmara de Deputados, sobressaem as posições em defesa da política governamental do líder da maioria, Gustavo Capanema, e do Senador do PTB, Carlos Gomes de Oliveira (p. 157, p. 260), bem como as campanhas dos trabalhistas a favor de Getúlio Vargas (p. 64, p. 283). Por sua vez, à exigência imposta por oficiais dos três ramos das Forças Armadas, para que Vargas renuncie à presidência, contrapõem-se o Chefe do EMFA, marechal Mascarenhas de Moraes, e o general Humberto Castello Branco, cujo papel é de conter a fúria dos udenistas no exército (p. 172, p. 307). Por fim, após o suicídio de Getúlio, a multidão que acompanha o cortejo fúnebre manifesta-se violentamente contra a UDN, partido visto como responsável pela tragédia (pp. 335-338), o que provocará uma reviravolta no quadro político brasileiro: Vargas é transformado em mártir e o vice Café Filho assumirá a presidência (cf. Boito Jr., id.; D'Araújo, id.; *Jornal do Brasil*, 21/VIII/1993).

A intensificação da historicidade do relato relaciona-se também com a transcrição de partes de documentos oficiais que enfatizam o efeito de real, como acontece com três comunicados: um da Chefatura da Polícia sobre as diligências na averiguação dos responsáveis pelo atentado contra Carlos Lacerda (p. 125), datado de 8 de Agosto; outro da responsabilidade de altas patentes militares acerca de uma decisão tomada relativamente ao assassinato do major Rubem Vaz (p. 191) no dia 12 do mesmo

mês; e o terceiro subscrito por brigadeiros, após uma reunião no Clube da Aeronáutica (p. 311) ocorrida a 22. De assinalar que os documentos aparecem numa linguagem característica de relatórios militares e policiais a comprovar transposições hipertextuais de expressões linguísticas não literárias, como se pode constatar da seguinte passagem:

“Na reunião de hoje, presentes todos os oficiais gerais em serviço nesta capital e o senhor general de Exército comandante da Zona Militar Central, Estillac Leal, e seu chefe de estado-maior, general Floriano Keller, foi reafirmada a seguinte posição, ontem tomada por altas patentes das três Forças Armadas: perseverar no propósito de apurar o fato criminoso (...), efetuar o julgamento dos criminosos pela Justiça e, outrossim, manter-se, em qualquer eventualidade que possa sobrevir, dentro das prescrições impostas pela Constituição Federal.” (p. 191)

Ainda no domínio da enfatização da historicidade, merece referência a inclusão de notícias da imprensa diária da época, como acontece com o extracto de um artigo da autoria de Carlos Lacerda, do jornal *Tribuna da Imprensa*, de 7/VIII/1954, cuja linguagem hiperbólica e solene serve os propósitos de distanciamento do narrador relativamente à campanha difamatória contra o Presidente do Brasil na altura:

“Gregório é o símbolo ostensivo da capangagem de que Getúlio Vargas com medo do povo procura cercar-se. Ele representa o primarismo dos métodos de fazer calar as vozes que incomodam o sono do grande oligarca, que quer dormir sem pesadelos, apesar dos seus crimes.” (p. 109)

Outros factos históricos surgem referenciados pelo sujeito de enunciação mediante a transcrição de citações de notícias de três jornais, nomeadamente *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, porta-voz da UDN, *Última Hora*, de Samuel Wainer, diário financiado pelo governo Vargas, e *O Globo*, das suas edições de 6 a 23 de Agosto de 1954. Note-se, quanto a isto, a técnica de mistura de dois registos, o do narrador e o dos periódicos, a configurar uma interdiscursividade irónica que evidencia a atitude crítica por

parte do enunciador. A título ilustrativo, transcrevo uma passagem sobre os acontecimentos após o atentado de 5 de Agosto, cujo estilo caracteriza a apresentação de todos os eventos do segundo plano narrativo:

“Os jornais da manhã noticiavam em grandes manchetes o atentado. Os estudantes haviam entrado em greve de “protesto contra o banditismo. Nossa alma está coberta de opróbio. Uma cova se abriu e o povo não esquecerá”. A repercussão do atentado no Congresso fora enorme. As galerias da Câmara dos Deputados e do Senado estavam lotadas quando foram abertos os trabalhos nas duas casas do Legislativo. Conforme os congressistas da oposição, “corria sangue nas ruas da capital e não havia mais tranquilidade nos lares”. Representantes de todos os partidos políticos haviam feito discursos condenando o atentado. O deputado Armando Falcão apresentara um projecto de amparo à viúva do major Vaz. Respondendo às afirmativas de Lacerda, publicadas nos jornais, de que as “fontes do crime estão no Palácio do Catete, Lutero Vargas é um dos mandantes do crime”, o líder do governo na Câmara, deputado Gustavo Capanema, ocupara a tribuna para classificar como infundadas as acusações ao filho do presidente da República. A multidão que ocupava as galerias vaiara Capanema estrepitosamente.” (p. 76)

Torna-se evidente que na base da ironia está a desadequação lexical de algumas expressões relativamente à linguagem objectiva e imparcial do narrador. Assim, “alma (...) coberta de opróbio”, “sangue nas ruas” e “ausência de tranquilidade nos lares” podem ser vistos como clichés jornalísticos que, hiperbolizando determinadas situações, denunciam o distanciamento do enunciador perante a conjuntura.

A interdiscursividade manifesta-se igualmente em passagens onde se entrecruzam o discurso directo, o indirecto livre e intervenções de personagens que actuam nas histórias. É o caso, por exemplo, de um extracto no qual aparece transcrita parte de um discurso publicado na *Tribuna da Imprensa* de 11 de Agosto de 1954:

“O brigadeiro Eduardo Gomes discursou e foi aplaudido de pé. Suas palavras foram moderadas, comparadas com as de outros militares que discursaram. «No sacrifício desta vida destemerosa está simbolizada a

devoção militar às verdades mais caras à nossa civilização. Honra, pois, à memória gloriosa do major Vaz. Roguemos a Deus que o receba na paz dos justos». (...) O militar só tem um compromisso, o de manter e defender a Constituição com o sacrifício da própria vida, afirmou o brigadeiro Godofredo de Faria, que acusou o poder executivo de se desmandar, o poder legislativo de se pôr de cócoras e o poder judiciário de se omitir. «Não queremos ser mercenários de um governo pervertido e traidor. Nós os generais não estamos cumprindo o nosso dever. Sejamos dignos da farda que vestimos»” (pp. 159-160).

O que importa realçar na passagem transcrita é o desfasamento entre dois tipos de registo: o objectivo do narrador e o subjectivo que rege as declarações dos intervenientes na acção. Assim, a incongruência resultante do confronto de expressões impessoais com discursos solenes e abstractos funciona tanto como prova de uma ironia a nível da enunciação como da discordância do narrador relativamente à matéria retratada.

A posição crítica do enunciador sobressai também da exploração de diferentes sociolectos, definidores do estatuto dos seus utentes, cuja presença está ao serviço da intensificação do efeito do real em virtude de o representado surgir mediatizado por diferentes perspectivas narrativas. Grosso modo, no romance entrecruzam-se quatro níveis de língua: o do narrador, identificado com a norma; o familiar, utilizado pela maioria das personagens; o popular, presente na fala de alguns polícias e marginais; o culto, que acompanha o desempenho de políticos e de militares. Dos quatro níveis, os dois últimos conseguem exercer um efeito irónico, pelo facto de surgirem como desvio ao registo predominante no romance, e comprovam, por seu lado, a posição crítica do narrador também no plano do enunciado. E isto porque os discursos referidos estão ao serviço de dois grupos de personagens: um em confronto aberto com o protagonista da primeira história e outro em oposição a Vargas na segunda narrativa. Na intriga policial, por exemplo, merece destaque a linguagem disfémica do comissário Pádua, imbuída de expressões do baixo calão, que aflora em momentos de desentendimento com o protagonista Mattos e em passagens a caracterizar o pessoal da delegacia (cf. p. 58, p. 62). O idiolecto do polícia serve os propósitos críticos do

narrador que perseguem dois objectivos: denegrir a personagem pela sua própria linguagem e desmistificar o contexto de violência responsável pela sua *performance* linguística.

3. O estatuto crítico do narrador em *Agosto* define-se igualmente a partir das relações que estabelece com certas personagens da segunda narrativa e com o contexto que envolve os acontecimentos. No primeiro caso, trata-se de duas figuras históricas que assumem um papel relevante no romance: o próprio Presidente Vargas e o seu opositor de primeira linha, o jornalista Carlos Lacerda. A caracterização dos dois protagonistas do conflito político processa-se indirectamente, a partir do seu desempenho, mas principalmente de modo directo e quase sempre cabendo aos participantes na história do segundo plano narrativo. A personalidade de Getúlio Vargas, por exemplo, esboça-se a partir do olhar dos seus colaboradores mais próximos e dos seus familiares. Assim, Gregório Fortunato vê o Presidente como um “velho insone, pensativo, alquebrado” (p. 8), pessoa incompreendida apesar dos sacrifícios que fizera “pelos pobres e humildes” (p. 22). A imagem de um homem desalentado, sem força nem poder, é fornecida pelo seu filho Lutero que, lembrando o carácter firme do pai, acabará perguntando: “Onde estavam a fúria, a indignação, a vontade de lutar, agora?” (p. 118). Por sua vez, a filha Alzira, fazendo o balanço de um passado de glórias e derrotas do Presidente, descobrirá em Vargas, no momento da crise, um indivíduo fraco e impotente, à mercê “das aleivosias torpes dos inimigos, dos julgamentos ambíguos dos amigos” (p. 304).

Apresentado pelo narrador como vítima das circunstâncias históricas, sem o apoio categórico dos membros do seu governo nem das altas chefias militares, Vargas acabará os seus dias mergulhado em tristeza e desgosto. No entanto, a honestidade do Presidente é posta em relevo em vários momentos do romance e tem a ver com a recusa de Getúlio em renunciar ao cargo. Significativa, neste caso, é a sua intransigência sintetizada na afirmação: “Fui eleito pelo povo e não posso sair enxotado pelas Forças Armadas. Só sairei daqui morto” (p. 308). Deste modo, o

destaque do carácter íntegro e responsável de Vargas trai a adesão do narrador ao perfil da sua personagem, posição evidenciada também pela inclusão de uma cena, pouco antes do suicídio, mediatizada por uma focalização interna:

“Getúlio (...) pensou no discurso de Capanema na Câmara (...). Lembrava-se do que dissera o seu líder parlamentar: ele, Getúlio Vargas, presidente da República, não podia abandonar o seu posto, não podia ir saindo, por medo, por vaidade ou por comodismo. Ele tinha que ficar, em face das exigências das forças políticas majoritárias que o apoiavam. Mais ainda, ele tinha o dever para com o seu nome. (...) O presidente da República tinha de estar à altura da dignidade que se inscrevia na sua função, no seu cargo, no seu poder. Ele tinha o dever de defender o seu nome e (...) não podia renunciar, porque essa renúncia seria uma complacência com a suspeita.” (p. 324)

A contrastar com a imagem positiva do Presidente, esboça-se o perfil do seu adversário político, que sobressai de várias situações, mas fundamentalmente da visão de uma personagem, escolhida com propósitos de servir os objectivos críticos do narrador. Refiro-me ao Senador do PSD, Vitor Freitas, que assume uma postura de isenção e independência perante os conflitos, circunstância que lhe permite fazer um exame realista do contexto do segundo plano narrativo. Apesar de denegrado pelo narrador, porque apresentado como cúmplice de assassinatos, corrupto, cínico e homossexual, o político impressiona pela sua lucidez e as suas reflexões sobre a conjuntura revelam um conhecimento profundo dos meandros do poder.

Assim, na perspectiva de Freitas, o porta-voz da oposição ao governo Vargas é “um mestre da intriga” que consegue “esconder com o brilho da sua oratória as enormes, e às vezes cínicas, contradições do seu oportunismo político” (p. 154). Segundo o Senador, o jornalista aproveita-se de qualquer circunstância para acusar o Presidente com vista a alcançar o seu objectivo, ou seja, ser “deputado nas eleições de outubro” (p. 154). Deste modo, a hostilidade manifestada em relação a Getúlio transparece, por exemplo, em artigos subscritos por Lacerda onde Vargas é caracterizado como assassino:

“A vida pregressa de Vargas está marcada por crimes monstruosos. Menino ainda, Vargas já era homicida”, dizia a *Tribuna*. Em Ouro Preto (...) três pessoas teriam sido “trucidadas pelos Vargas e seus capangas” (...). “Todos foram mortos em condições traiçoeiras de emboscada à semelhança da tocaia do dia 5 na rua Tonelero”. Os capangas de Vargas teriam “estraçalhado o major em plena rua após uma mutilação selvagem do seu corpo”. (pp. 153-154)

Por outro lado, Lacerda é visto como um candidato a deputado muito astuto, sagaz como um “corvo” (p. 156) e também vira-casacas, facto comentado por Freitas com base no percurso político do jornalista:

“Lacerda (...) tivera uma boa escola no Partido Comunista, onde fora o jovem líder de um grupo conhecido como Socorro Vermelho. Uma interessante trajetória: de comunista sectário exaltado a papa-hóstiã reacionário udenista, mais furibundo ainda.” (p. 154)

Testemunho do distanciamento assumido pelo narrador, que transparece de modo indirecto na visão da personagem Vitor Freitas, é a sua posição explícita concretizada em algumas intromissões pontuais que conseguem desmistificar a conjuntura na qual se desenrola a intriga policial. Assim, e atendendo ao grau de desapego ao universo negativo presente no romance, a atitude crítica do contador da história sobressai em breves apartes, em forma de parágrafos, onde são fornecidos diversos dados relacionados com o contexto político, económico e social. Neste domínio, recorro as alusões à corrupção existente na polícia, na imprensa e no governo que surgem sempre numa linguagem imparcial e objectiva, como demonstra a seguinte constatação:

“Jornalistas, juizes, funcionários graduados do Ministério da Justiça, de cuja estrutura o Departamento Federal de Segurança Pública fazia parte, também eram subornados pelos banqueiros. A Delegacia Especializada de Costumes, que tinha como uma das suas principais finalidades a repressão ao jogo proibido, era a que mais suborno recebia.” (p. 12)

Idêntico é o tom assumido em passagens sobre as actividades manipuladoras dos banqueiros do jogo clandestino, orientadas no sentido de encobrir o seu ofício criminoso:

“O banqueiro do bicho Arlindo Pimenta, comumente chamado de gângster pelos jornais devido à maneira ostensiva com que exercia outras actividades criminosas além de bancar o jogo, fora aconselhado pelo seu advogado e pelos colegas de contravenção a mudar sua imagem negativa. Atendendo aos seus conselheiros, Arlindo prometeu que continuaria a exercer apenas, com a devida compostura, a contravenção do bicho; vendeu o Cadillac em que circulava com aparato pelos subúrbios da cidade; deixou de promover arruaças nos bares; e, finalmente, candidatou-se a vereador.” (p. 278)

A par das manifestações directas do narrador no enunciado, o seu estatuto crítico revela-se em certas intromissões subtilmente irónicas que visam incutir o distanciamento também da parte do leitor. É o que acontece, por exemplo, com algumas referências a visitas de personalidades estrangeiras e turistas, no mês de Agosto de 1954, cuja visão eufórica sobre o ambiente no Rio não se coaduna nada com o clima de tensão que se vive na cidade durante o tempo da crise:

“O prefeito de Nova Orleans, Lesseps S. Morrison, recebido em audiência pelo presidente Vargas, disse que o Rio de Janeiro ainda continuava sendo, apesar de certo pessimismo que encontrou entre alguns cariocas, uma das mais agradáveis e seguramente a mais bela cidade do mundo”. (p. 274) “Os mil e setecentos turistas que haviam desembarcado do navio Santa Maria visitaram os principais pontos turísticos da cidade e todos disseram, entusiasmados, que o Rio merecia o título de Cidade Maravilhosa.” (p. 349)

No âmbito da ironia subtil, merece destaque também o final do romance, mais um testemunho do compromisso crítico do narrador relativamente à conjuntura da época. Trata-se de um curto relato que surge na sequência de várias acções, apresentadas num ritmo rápido e numa linguagem objectiva, ocupando as páginas dos dois últimos capítulos. Assim, após o suicídio de Getúlio Vargas e de uma série de acontecimentos violentos,

nomeadamente confrontos entre manifestantes e exército, tiroteio entre a polícia e um grupo de marginais, dos quais resultam vários mortos, o narrador opta por apresentar o assassinato brutal do banqueiro do bicho Ilídio e fecha o seu romance num registo inesperado:

“Pádua tirou o revólver do coldre. Encostou o cano do revólver na nuca de Ilídio. “Você está com sorte, pois Nossa Senhora da Boa Morte está te protegendo.” Ilídio tremeu, numa curta convulsão, quando a arma de Pádua disparou. Pádua pegou o corpo do bicheiro pelas pernas, Murilo pelos braços e levaram-no para o Packard, colocando-o junto dos outros mortos. (...)”

“A cidade teve um dia calmo. O movimento do comércio foi considerado muito bom pelo Sindicato dos Logistas do Distrito Federal. Também as repartições públicas, os bancos, as fábricas e os escritórios funcionaram normalmente. Os cinemas tiveram grande afluência de espectadores, acima do comum para uma quinta-feira. (...) Foi um dia ameno, de sol. À noite a temperatura caiu um pouco. A máxima foi de 30,6 e a mínima de 17,2. Ventos de sul a leste, moderados.” (pp. 348-349)

O efeito irónico relaciona-se, pois, com a retórica expressiva e deve-se à brusca mudança de registo linguístico do primeiro para o segundo parágrafos. Trata-se do contraste estabelecido entre o estilo neo-naturalista, que domina na descrição da cena do assassinato, e o discurso comedido presente no texto conclusivo do romance. Por seu lado, na passagem sobre o ambiente vivido no Rio, a especificidade dos assuntos e o modo da sua apresentação assemelham-se a notícias retiradas de um jornal diário num manifesto processo de interdiscursividade. É precisamente nesta estratégia narrativa e na imagem de aparente tranquilidade, enfatizada por lexemas como “calmo”, “normalmente”, “ameno” e “moderados”, que assenta o discurso figurado a evidenciar o estatuto crítico-ideológico do responsável pelo enunciado.

Com base nos exemplos transcritos, e tendo em vista a componente semântica, pode concluir-se que o tipo de ironia utilizada pelo narrador se situa mais no domínio do trágico, em virtude de se sublinhar a incongruência entre um esforço

positivo, personificado por Mattos, e a inexorabilidade de um mundo em declínio, apresentado no segundo plano narrativo. E se o distanciamento crítico perante a conjuntura transparece de modo subtil pelo recurso a esta figura retórica, a atitude de discordância total fica comprovada pela introdução de uma acção diegética que frustra a leitura pelo facto de comportar uma visão marcadamente fatalista. Refiro-me ao assassinato do comissário Mattos, herói positivo por excelência que, apesar de conseguir ganhar todas as simpatias, não passa de um condenado, um *out-sider* numa sociedade que não aceita. Deste modo, com a transformação do protagonista em mártir, a neutralidade aparente do narrador, sugerida pelo seu estatuto de observador externo e distante ou refugiado por trás do ponto de vista das personagens, fica definitivamente comprometida. É neste ponto que se encontra também a mensagem um tanto apocalíptica do romance: para idealistas como o comissário Mattos não há lugar no contexto adverso e corrupto do Brasil de então; a sua morte surge como inevitável porque, segundo o narrador: “O mundo em que ele vivia era uma merda. O mundo inteiro era uma merda” (p. 263).

Referências:

- BOITO Jr., Armando, *O Golpe de 1954: a Burguesia contra o Populismo*, Brasiliense, São Paulo, 1982.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, *O Segundo Governo Vargas: 1951-1954*, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- FONSECA, Rubem, *Agosto*, Companhia das Letras, São Paulo, 1990.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1990.
- PETROV, Petar, *O Realismo na Ficção de José Cardoso Pires e de Rubem Fonseca*, Difel, Lisboa, 2000.